



Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2024016434 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - EXPEDIENTE DO JUÍZO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ESPERANÇA, REQUISITANDO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS EM FAVOR DE JORGE LUIZ DE MEDEIROS NÓBREGA, PELA PERÍCIA REALIZADA NO PROCESSO Nº 0801093-40.2023.8.15.0171, MOVIDO POR DORGIVAL ARTUR DA SILVA, EM FACE DE MARIA DAS DORES SILVA.

Data da Autuação: 07/02/2024

Parte: 1ª Vara Mista / Esperança e outros(1)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245411515

Nome original: Ofício (Outros) (2).pdf

Data: 05/02/2024 21:12:32

Remetente:

Kelly Leite Agra

1ª Vara de Esperança

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: REQUISIÇÃO DE HONORÁRIOS DO PERITO - PROCESSO 0801093-40.2023.8.15.0171



Número: 0801093-40.2023.8.15.0171

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Esperança**
Última distribuição : **14/06/2023**
Valor da causa: **R\$ 1.320,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **SIM**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DORGIVAL ARTUR DA SILVA (REQUERENTE)			
MARIA DAS DORES SILVA (REQUERIDO)			
JOSÉ ARTUR DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
EDVALDO GERALDO DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
MARIA ELIETE DA SILVA SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)			
GIVALDO GERALDO DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
GENIVAL ARTUR DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
85043910	02/02/2024 12:18	Ofício (Outros)	Ofício (Outros)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE ESPERANÇA

1ª VARA

Tel.: (083) 99143-8582(whatsapp) | E-mail: esp-vmis01@tjpb.jus.br | Instagram: @esperancacomarca

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Considerando que o(a) Senhor(a) **JORGE LUIZ DE MEDEIROS NÓBREGA** aceitou o encargo de perito, venho requerer que seja realizada a Reserva Orçamentária para suportar o encargo relativo à despesa decorrente dos serviços prestados nos autos adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte **DORGIVAL ARTUR DA SILVA** é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme decisão em id.74722634 .

1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. 0801093-40.2023.8.15.0171

1.1.2 Natureza da ação: Interdição

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: 1ª Vara da Comarca de Esperança-PB

4 Autor (es): **DORGIVAL ARTUR DA SILVA** CPF/CNPJ: 056.720.978-47

1.5.1 Réu (s): **MARIA DAS DORES SILVA** CPF/CNPJ: 952.935.074-00



1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (x) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: () Adiantamento (x) Finais

1.1.8 Valor arbitrado: **R\$ 491,86 (quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos)**

1.2. DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: JORGE LUIZ DE MEDEIROS NÓBREGA

1.3.2 Endereço: RUA FRANCISCO BRANDÃO, 465, MANAIRA, JOÃO PESSOA-PB

1.2.3 Telefone (s): (83) 9 9999-1928

1.2.4 CPF: 053.412.314-73

1.2.5. Banco: BANCO BRASIL 1.2.6. Agência: 1127-4 1.2.7 Conta corrente 8.971-0

1.2.8 Inscrição INSS: ou Inscrição PIS/PASEP: 1903968770-9

1.2.9 Inscrição no Conselho Competente: CRM-PB 7141 RQE-PB 4673

1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:

1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

1.3.3. Laudo Pericial



ESPERANÇA-PB, em 01 de Fevereiro de 2024.

Kelly Leite Agra
Servidor Responsável
Matrícula Nº. 4784952

Paula Frassinetti Nóbrega de Miranda Dantas
Juiz (a) de Direito

Documento 1 página 5 assinado, do processo nº 2024016434, nos termos da Lei 11.419. ADME.80956.37071.98931.51255-0
Cecilio da Silva Inacio [034.462.764-08] em 07/02/2024 10:53





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245411518

Nome original: Decisão (2).pdf

Data: 05/02/2024 21:12:32

Remetente:

Kelly Leite Agra

1ª Vara de Esperança

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: REQUISIÇÃO DE HONORÁRIOS DO PERITO - PROCESSO 0801093-40.2023.8.15.0171



Número: 0801093-40.2023.8.15.0171

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Esperança**
Última distribuição : **14/06/2023**
Valor da causa: **R\$ 1.320,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **SIM**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DORGIVAL ARTUR DA SILVA (REQUERENTE)			
MARIA DAS DORES SILVA (REQUERIDO)			
JOSÉ ARTUR DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
EDVALDO GERALDO DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
MARIA ELIETE DA SILVA SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)			
GIVALDO GERALDO DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
GENIVAL ARTUR DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
74722634	14/06/2023 16:52	Decisão	Decisão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE ESPERANÇA

1ª VARA

Tel.: (083) 99143-8582(whatsapp) | E-mail: esp-vmis01@tjpb.jus.br | Instagram: @esperancacomarca

Processo n. 0801093-40.2023.8.15.0171

DECISÃO:

Vistos etc.

Trata-se de ação de interdição e curatela c/c pedido de curatela provisória proposta por **DORGIVAL ARTUR DA SILVA** em face de **MARIA DAS DORES SILVA**, todos devidamente qualificados nos autos, que sua mãe é portadora de retardo mental grave, (CID. G30) devidamente comprovado por laudo médico, de modo que não exerce as atividades da vida cotidiana.

Decido.

O artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015 preconiza que “*a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”, podendo ser concedida liminarmente ou após prévia justificação (art. 300, §2º).*”

Embora a deficiência por si só não resulte automaticamente no reconhecimento da incapacidade civil, isso em virtude das alterações promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), tem-se que, *in casu*, a probabilidade do direito restou devidamente demonstrada, sobretudo porque o laudo de fl. 24 atestada que a promovida possui CID G 30, o qual identifica a doença de alzheimer.



Desse modo, a hipótese em tela amolda-se ao artigo 84, §§ 1º e 3º, da Lei n.º 13.146/2015, o qual autoriza, como medida extraordinária, proporcional às circunstâncias de cada caso e por tempo possível, a curatela.

Ademais, a urgência decorre da necessidade de prover os atos comuns da vida, sobretudo referentes a retirada e gestão de benefício previdenciário de demais atividades inerentes a vida comum.

Destarte, com fulcro nos dispositivos legais mencionados, **defiro** a tutela de urgência nomeando a autora como curadora provisória do interditando para o fim exclusivo de representação nos atos de conteúdo negocial ou patrimonial, observados os limites expressos no artigo 85, *caput* e § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Expeça-se o termo de curatela provisória, com as cautelas legais. **Intime-se** a curadora para, nos termos do artigo 759 do Código de Processo Civil, comparecer ao cartório desta unidade judiciária para assinar o referido termo, o qual será elaborado pela Escrivania, observando as disposições do § 4º, do artigo 84, da Lei n.º 13.146/2015.

Nos termos do artigo 751 do Código de Processo Civil, **designo** audiência de entrevista do interditando **para o dia 07/07/2023, às 09:45h**, a qual será realizada por videoconferência, através do programa ZOOM, e o link para acesso à sala virtual é o seguinte:

<https://us02web.zoom.us/j/2370150306>.

Na hipótese de alguma parte não poder participar por videoconferência, deverá comparecer ao fórum, onde será ouvida com os cuidados necessários e também pela via eletrônica.

Cite-se o interditando para comparecer à audiência, advertindo-o de que, após a audiência, terá o **prazo de 15 (quinze) dias** para impugnar o pedido (art. 752, CPC), constituindo advogado e, caso não o faça, consigne-se que ser-lhe-á nomeada a Defensoria Pública como curadora especial (art. 752, §2º, CPC).

Notifique-se o Ministério Público (art. 752, § 1º, CPC).

Por fim, **defiro** a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e ss., NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).



Intime-se o(a) Requerente através do(a) advogado(a) constituída nos autos.

Cumpra-se, com as cautelas legais.

Esperança/PB, 14 de junho de 2023.

Paula Frassinetti Nóbrega de Miranda Dantas

Juíza de Direito





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245411516

Nome original: Laudo Pericial.pdf

Data: 05/02/2024 21:12:32

Remetente:

Kelly Leite Agra

1ª Vara de Esperança

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: REQUISIÇÃO DE HONORÁRIOS DO PERITO - PROCESSO 0801093-40.2023.8.15.0171



Número: 0801093-40.2023.8.15.0171

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Esperança**
Última distribuição : **14/06/2023**
Valor da causa: **R\$ 1.320,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **SIM**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DORGIVAL ARTUR DA SILVA (REQUERENTE)			
MARIA DAS DORES SILVA (REQUERIDO)			
JOSÉ ARTUR DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
EDVALDO GERALDO DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
MARIA ELIETE DA SILVA SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)			
GIVALDO GERALDO DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
GENIVAL ARTUR DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
85041680	01/02/2024 09:18	Laudo Pericial	Laudo Pericial



**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
FÓRUM DR. SAMUEL DUARTE**

**EXMA. SRA. DRA. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE
ESPERANÇA-PB**

LAUDO MÉDICO-PERICIAL

Data da Entrevista: 14/08/2023

Processo nº: 0801093-40.2023.8.15.0171

Motivo: Avaliação sobre Interdição

Determinação: Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Esperança

Pericianda: Maria das Dores Silva

Acompanhante: Dorgival Arthur da Silva (Filho)

Perito Médico Psiquiatra: Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega

1 - IDENTIFICAÇÃO:

Pericianda, 94 anos, natural e procedente de Montadas-PB, primeiro grau incompleto, viúva, católica.

2 - MOTIVO E CIRCUNSTÂNCIAS DO EXAME:

Elaboração de laudo de avaliação sobre interdição cível por solicitação da Exma. Sra. Dra. Juíza de Direito Paula Frassinetti Nóbrega de Miranda Dantas.

O exame foi realizado no Fórum Dr Samuel Duarte, em Esperança-PB.

Foram realizadas entrevistas com a pericianda e com seu filho (Dorgival Arthur da Silva).

3 - HISTÓRIA MÉDICA (Obtida em entrevista médica realizada em 14/08/2023 com pericianda e com filho):

Filho informa que há aproximadamente 04 anos a pericianda iniciou quadro caracterizado por esquecimentos, preservação de lembranças maior para eventos antigos, repetição de frases e episódios de inquietação psicomotora. Refere que nos últimos dois anos tem convívio mais próximo com sua mãe, e que vem percebendo evolução desfavorável, insidiosa, de sintomatologia. Afirma que, frequentemente, ela demonstra dificuldade em orientação, e que chega a apresentar, em alguns momentos, discurso com ideia delirante (chega a exemplificar discurso dela de que uma vizinha invade sua casa, para obter alguns de seus bens; sem qualquer



evidência de que isso ocorra). Informa que, em alguns dias, ela pergunta sobre almoço, mesmo já tendo feito a refeição. Relata que, atualmente, sua mãe depende de auxílio para diferentes necessidades da vida diária, citando, por exemplo, que ela não mais realiza compras, e nem agenda suas consultas médicas. Nega história prévia de sintomatologia compatível com transtorno mental. Nega etilismo ou tabagismo. Informa que, no momento, ela está em uso de Limbitrol e de Donila (10mg/dia). Refere ainda que ela tem hipertensão arterial sistêmica e diabetes Mellitus. Nega outras comorbidades.

Pericianda colabora pouco com a entrevista.

Exame do estado mental: Pericianda vigil, orientada parcialmente em espaço, orientada parcialmente em tempo (diz que o ano é 1993, não informa o mês, nem data), atitude pouco colaborativa, afeto algo distanciado, discurso empobrecido, hipotenaz, com prejuízo em memória.

4 - DIAGNÓSTICO:

A pericianda apresenta diagnóstico de Demência na Doença de Alzheimer, que é codificada em F00, pela Classificação Internacional de Doenças em sua décima edição (CID-10).

5 - CONCLUSÃO:

A pericianda é incapaz, permanentemente, de gerir, de forma eficiente e responsável, sua pessoa e seus bens. É incapaz, permanentemente, de exercer, de modo eficiente e responsável, atos da vida cível.

6 - RESPOSTAS AOS QUESITOS FORMULADOS PELO JUÍZO:

- A) É a interditanda portadora de doença física ou mental? **Resposta: Sim, doença mental.**
- B) É a interditanda possuidora de anomalia psíquica? **Resposta: Sim.**
- C) Em caso positivo, qual o tipo de doença física/mental, retardamento ou anomalia que representa? **Resposta: A pericianda apresenta diagnóstico de Demência na Doença de Alzheimer, que é codificado em F00, pela Classificação Internacional de Doenças em sua décima edição (CID-10).**
- D) Em face do quadro clínico apresentado é a interditanda capaz, total ou parcialmente, de entender os fatos e os atos da vida civil, ou de determinar-se de acordo com este entendimento, bem como exprimir precisamente sua vontade? **Resposta: Incapaz parcialmente de entender fatos e atos da vida civil, e de exprimir sua vontade. Incapaz, totalmente, de determinar-se.**
- E) É a interditanda total ou parcialmente incapaz de reger sua pessoa e administrar seus bens, e praticar os demais atos da vida civil? **Resposta:**



A interditanda é totalmente incapaz de reger sua pessoa, de administrar seus bens, e de praticar os demais atos da vida civil.

- F) Em caso de confirmada a existência de doença que acomete a interditanda, quais são as características dessa doença? **Resposta: Caracteriza-se por declínio cognitivo, de evolução gradual. Com o tempo, há espera-se prejuízo muito significativo, por exemplo, em memória, orientação, atenção, desenvolvimento de raciocínio e em capacidade de planejamento. Há também, frequentemente, evolução com oscilações em humor, manifestações psicóticas, mudança em padrão de sono e alteração comportamental; como atitude hostil, agitação e agressividade.**
- G) A referida doença interfere no estado de lucidez da pessoa? **Resposta: Sim.**
- H) A doença em questão tem prognóstico de cura? **Resposta: Não.**
- I) No caso de incapacidade parcial, quais os limites da incapacidade? **Resposta: Não se aplica.**

Por ser esta expressão de meu saber e boa-fé, assino o presente.



Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega
Perito Médico Psiquiatra – **CRM-PB 7141 RQE-PB 4673**

19 de novembro de 2023





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520245411517

Nome original: TA 0801093-40.2023.8.15.0171.pdf

Data: 05/02/2024 21:12:32

Remetente:

Kelly Leite Agra

1ª Vara de Esperança

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: REQUISIÇÃO DE HONORÁRIOS DO PERITO - PROCESSO 0801093-40.2023.8.15.0171



Número: 0801093-40.2023.8.15.0171

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Esperança**
Última distribuição : **14/06/2023**
Valor da causa: **R\$ 1.320,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **SIM**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DORGIVAL ARTUR DA SILVA (REQUERENTE)			
MARIA DAS DORES SILVA (REQUERIDO)			
JOSÉ ARTUR DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
EDVALDO GERALDO DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
MARIA ELIETE DA SILVA SANTOS (TERCEIRO INTERESSADO)			
GIVALDO GERALDO DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
GENIVAL ARTUR DA SILVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75816413	07/07/2023 21:03	TA 0801093-40.2023.8.15.0171	Termo de Audiência



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE ESPERANÇA**

1ª VARA

Tel.: (083) 99143-8582(whatsapp) | E-mail: esp-vmis01@tjpb.jus.br | Instagram:@esperancacomarca

Processo: 0801093-40.2023.8.15.0171

TERMO DE AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA

Aos 7 de julho de 2023, nesta cidade de Esperança, Estado da Paraíba, na sala de audiências desta Vara, pelas 09:45h, perante a Dra. PAULA FRASSINETTI NOBREGA DE MIRANDA DANTAS, MMª Juíza de Direito desta Vara, foi aberta a audiência nos autos da ação acima citada. Feitos os pregões de estilo, verificou-se o seguinte:

PRESENTES

Promotora de Justiça: Dra. Ana Grazielle Araújo Batista de Oliveira

Autor(a): DORIVAL ARTUR DA SILVA, acompanhado da Defensora Pública Dra. Anaiza Silveira

Interditando(a): MARIA DAS DORES SILVA

RESUMO DOS ACONTECIMENTOS

Abertos os trabalhos, verificou-se a presença das partes acima nominadas no ambiente virtual Zoom. As partes foram esclarecidas e advertidas da sistemática adotada na realização do presente ato por videoconferência antes do início e não manifestaram qualquer oposição. **Após,** passou a entrevistar o(a) interditando(a), acerca de sua vida, negócios, bens, vontades, preferências e laços familiares e afetivos e quanto à sua capacidade para praticar atos da vida civil, conforme gravação disponível no sistema PJE MÍDIA. **Em seguida, prolatou-se a seguinte decisão:** Compulsando os autos, verifica-se que foi deferida a tutela provisória, concedendo-se a curatela provisória da interditanda ao seu filho, ora Requerente. Após a entrevista da primeira, verificou-se que, de fato, há fortes indícios de que ela realmente não tenha condições de se autogerir. Todavia, um dado importante foi revelado pela própria idosa e que, até então, ainda não tinha vindo aos autos, a saber: O Promovente reside no estado de São Paulo e a Interditanda tem outros filhos que residem na mesma cidade que ela, além de outra que mora em Campina Grande/PB. Como se não bastasse, foi revelado também um plano de partilha, ainda em vida, dos bens pertencentes a ela, tendo o Autor informado que estão prestes a vender o imóvel rural registrado em nome dela à prefeitura para dividir entre os herdeiros em igualdade de condições com a interditanda. Ora, toda essa situação é, no mínimo estranha, afinal, o filho que deseja a curatela sequer reside nesta comarca, ao tempo em que há um declarado interesse no patrimônio da genitora. Ainda que ele tenha alegado que os demais filhos nunca deram a devida assistência a idosa, por questão de prudência e em visando ao melhor interesse desta última, afigura-se imprescindível não só ajustar os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida, como também intimar aqueles para integrarem o feito. **Sendo assim, reformo a decisão de fls. 25/26 para determinar que o Autor permaneça como curador provisório da Interditanda, para o fim exclusivo de representação nos atos de conteúdo negocial ou patrimonial, observados os limites expressos no artigo 85, caput e § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência e excetuando-se a venda dos seus bens. Expeça-se novo termo de curatela provisória, com tal advertência.** No



mais, fica desde logo intimado o Promovente para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos a relação dos demais filhos da idosa, com sua respectiva qualificação e endereço. Informado o endereço, **intimem-se para, no prazo de 10 (dez) dias**, informar se concordam que o irmão ora Autor seja o curador da genitora. Finalmente, cumprido o ritual do art. 752 do CPC, fica o(a) interditando(a) intimado(a) para, no prazo de quinze dias, querendo, apresentar impugnação ao pedido, podendo constituir advogado(a). Escoado o prazo sem qualquer manifestação, fica, desde já, nomeada a Defensora Pública **Dra. Ana Paula Miranda** como Curadora Especial, devendo os autos lhe serem remetidos para os devidos fins. Ademais, **nomeio** como perito o médico psiquiatra Dr. Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CRM/PB 7141, RQE 4673, cadastrado no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço profissional na clínica Ativamente, localizada na rua Antônio Rabelo Júnior, 161, Miramar, João Pessoa/PB, telefone (83) 99999-1928. **Fixo os honorários periciais** em R\$ 491,86 (quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos), nos termos do anexo I do Ato da Presidência n.43/2022, em consonância com a Resolução 09/2017 do Tribunal de Justiça deste estado. O perito deverá responder, além dos quesitos eventualmente apresentados pelas partes, aos seguintes: a) É o interditando portador de doença física ou mental? b) É o interditando possuidor de anomalia psíquica? c) Em caso positivo, qual o tipo de doença física/mental, retardamento ou anomalia que representa? d) Em face do quadro clínico apresentado é o interditando capaz, total ou parcialmente, de entender os fatos e os atos da vida civil, ou de determinar-se de acordo com este entendimento, bem como exprimir precisamente sua vontade? e) É o interditando total ou parcialmente incapaz de reger sua pessoa e administrar seus bens, e praticar os demais atos da vida civil? f) Em caso de confirmada a existência de doença que acomete o interditando, quais são as características dessa doença? g) A referida doença interfere no estado de lucidez da pessoa? h) A doença em questão tem prognóstico de cura? i) No caso de incapacidade parcial, quais os limites da incapacidade? (Neste quesito, o perito deverá especificar quais as atividades que o interditando não consegue realizar sem auxílio, ex.: gestão do patrimônio, higiene pessoal, capacidade laboral, cuidados com a casa etc.) **Designo**, desde logo, a realização da perícia para o dia **14/08/2023**, no Tribunal do Júri desta comarca, **às 09:45h**. Presentes intimados em audiência. Com a entrega do laudo pericial, **requisite-se** o pagamento dos honorários periciais ao Tribunal de Justiça, na forma do Ato da Presidência n. 99/2017. Nada mais havendo a tratar, determinou-se o encerramento do presente termo que, depois de lido, segue assinado apenas por esta magistrada, que o digitou, dada a natureza do ato e circunstâncias excepcionais.

Paula Frassinetti Nóbrega de Miranda Dantas

Juíza de Direito

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]





Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2024.016.434

Requerente: Juízo da 1ª Vara da Comarca de Esperança

Interessado: Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega – Perito Médico Psiquiatra

Os presentes autos versam sobre requisição de pagamento de honorários, no valor de R\$ 491,86 (quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos), em favor do Perito Médico Psiquiatra, Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CPF 053.412.314-73, PIS/PASEP 1903968770-9, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0801093-40.2023.8.15.0171, movida por DORGIVAL ARTUR DA SILVA, CPF 056.720.978-47, em face de MARIA DAS DORES SILVA, CPF 952.935.074-00, perante o Juízo da 1ª Vara da Comarca de Esperança.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 imediato, disciplinou no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, 3, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Laudo pericial anexado às fls. 14/16, dos presentes autos.

Consultando o cadastro de peritos deste Tribunal - SIGHOP, é possível constatar que o cadastro do Perito Médico Psiquiatra, Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CPF 053.412.314-73, encontra-se na situação de ativo.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que, CASO HAJA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 491,86 (quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos), em favor do Perito Médico Psiquiatra, Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, CPF 053.412.314-73, PIS/PASEP 1903968770-9, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0801093-40.2023.8.15.0171, movida por DORGIVAL ARTUR DA SILVA, CPF 056.720.978-47, em face de MARIA DAS DORES SILVA, CPF 952.935.074-00, perante o Juízo da 1ª Vara da Comarca de Esperança.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo o que preconiza o art. 60 da Lei 4.320, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 07 de fevereiro de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 08/02/2024 às 09:00

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 81520245414714

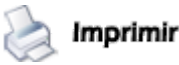
Documento: Decisão autorizando pagamento de honorários - ADM 2024016434.pdf

Remetente: Diretoria Especial (Lívia Maria de Paes Borges)

Destinatário: 1ª Vara de Esperança (TJPB)

Data de Envio: 08/02/2024 08:58:19

Assunto: Decisão lançada no ADM - Processo nº 2024.016.434, que autorizou o pagamento de honorários em favor do Perito Médico Psiquiatra, Jorge Luiz de Medeiros Nóbrega, pela realização de perícia nos autos da Ação nº 0801093-40.2023.8.15.0171.



Documento 6 página 1 assinado, do processo nº 2024016434, nos termos da Lei 11.419. ADME.95366.37071.49639.51048-3
Livia Maria de Paes Borges [051.132.874-58] em 08/02/2024 09:01